



Avaliação da aplicação da legislação ambiental: ajudar os Estados-Membros a aplicar as normas da UE a bem dos cidadãos, das administrações e da economia

Bruxelas, 6 de fevereiro de 2017

Melhorar a aplicação das normas da UE em matéria de gestão dos resíduos, natureza e biodiversidade, qualidade do ar e qualidade e gestão da água.

A Comissão adotou hoje a avaliação da aplicação da legislação ambiental, um novo instrumento para melhorar a aplicação da política ambiental europeia e das normas definidas de comum acordo. Inicia-se assim um novo processo que permitirá à Comissão, em conjunto com os Estados-Membros, identificar as causas que estão na origem das lacunas na aplicação da legislação e encontrar soluções antes que os problemas se tornem urgentes.

A plena aplicação da legislação da UE no domínio do ambiente poderia poupar à economia europeia 50 mil milhões de euros por ano em custos de saúde e custos diretos para o ambiente. De acordo com o Eurobarómetro, três em cada quatro cidadãos consideram que a legislação europeia é necessária para proteger o ambiente nos seus países e quatro em cada cinco concordam que as instituições europeias deveriam poder verificar se a legislação está a ser corretamente aplicada.

Karmenu **Vella**, Comissário responsável pelo Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas declarou: *«Ninguém beneficia de uma aplicação fragmentada e não uniforme das normas ambientais. Em contrapartida, todos beneficiam de uma melhor aplicação da legislação ambiental: cidadãos, administrações e economia. Daí que a avaliação da aplicação da legislação ambiental faça todo o sentido. A Comissão Europeia está empenhada em ajudar os Estados-Membros a velar pela aplicação dos mais elevados padrões em matéria de qualidade do ar, água e gestão dos resíduos. A avaliação fornece as informações, os instrumentos e o calendário necessários para esse fim».*

O pacote apresentado hoje é constituído por **28 relatórios por país** que enumeram os pontos fortes, as oportunidades e as lacunas; uma **comunicação** que sintetiza as conclusões dos relatórios por país e analisa as tendências comuns em domínios como a qualidade do ar, a gestão dos resíduos e a economia circular, a qualidade da água e a proteção da natureza e da biodiversidade; **recomendações** dirigidas a todos os Estados-Membros com sugestões de melhorias.

A avaliação mostra que, no domínio da **gestão dos resíduos**, a prevenção continua a ser deficitária em todos os Estados-Membros, sendo que seis de entre eles não conseguiram reduzir a deposição em aterros dos resíduos urbanos biodegradáveis. A plena conformidade com a política da UE em matéria de resíduos até 2020 poderia criar 400 000 novos postos de trabalho.

Não obstante o facto de, a nível local, existirem muitas histórias de sucesso no domínio da **natureza e da biodiversidade**, é preciso intensificar a aplicação da legislação da UE nesta área, como confirmado pelo [balanço de qualidade das Diretivas Aves e Habitats da UE](#). Caso contrário, a perda de biodiversidade na UE vai continuar, comprometendo assim a capacidade de os ecossistemas darem resposta às necessidades humanas no futuro.

Em 23 dos 28 Estados-Membros, as normas de **qualidade do ar** continuam a não ser respeitadas – mais de 130 cidades europeias não cumprem os limites estabelecidos. Os transportes são uma das principais fontes dos problemas de qualidade do ar. Seria também necessário reforçar as medidas de redução do **ruído** ambiental, que são a segunda causa dos problemas de saúde ligados a fatores ambientais.

No capítulo da **qualidade e gestão da água**, grande parte dos Estados-Membros têm dificuldades em aplicar plenamente as normas em matéria de recolha e tratamento das águas residuais urbanas, e 13 de entre eles enfrentam uma ação judicial por parte da UE. As concentrações de nitratos e os níveis de eutrofização continuam a ser um problema grave em quase todos os Estados-Membros.

Existem **várias causas profundas comuns** a diversos Estados-Membros: coordenação ineficaz entre os vários níveis administrativos, capacidade insuficiente e falta de conhecimentos e de dados.

O lançamento do pacote de avaliação da aplicação da legislação ambiental será seguido de discussões com cada Estado-Membro, do lançamento de um instrumento horizontal, que deverá permitir aos

Estados-Membros trocar conhecimentos, e de debates políticos no Conselho «Ambiente».

Contexto

Quando as normas aprovadas não são corretamente aplicadas, a Comissão pode intentar uma ação judicial. Para evitar essa situação, a Comissão vai colaborar com os Estados-Membros através do processo de avaliação da aplicação da legislação ambiental, a fim de os ajudar a aplicar melhor as políticas e as normas ambientais.

A avaliação da aplicação da legislação ambiental faz parte da política «Legislar melhor» da Comissão, que prevê uma melhor aplicação da legislação e das políticas existentes.

Para mais informações

[Comunicação](#) e [Anexo](#): Avaliação da aplicação da legislação ambiental: desafios comuns e como combinar esforços com vista a obter melhores resultados

[Fichas informativas: 28 relatórios por país](#)

[Sítio web da avaliação da aplicação da legislação ambiental](#)

IP/17/197

Contactos para a imprensa:

[Enrico BRIVIO](#) (+32 2 295 61 72)

[Iris PETA](#) (+32 2 299 33 21)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)